**CONTRATO Nº 030/18/PJ/DER-RO**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS/DER-RO E **BOA VISTA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI-ME**,PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS/DER-RO**, inscrito no CGC (MF) sob o n.º º 04.285.920/0001-54, com sede à Av. Farquar, s/nº, Palácio Rio Madeira, Curvo 3, 5º andar, Bairro Pedrinhas, nesta Capital, doravante designado **DER-RO**, neste ato representado por seu Diretor Geral o **Sr. LUIZ CARLOS DE SOUZA PINTO** e **BOA VISTA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI-ME,** com sede na Rua: Linha Um, Segunda Secção Cravo, nº 2301 - São Roque, Barão de Cotegipe - RS, de CNPJ nº 24.137.809/0001-28, neste ato representado por seu Representante Legal o **Sr. SILVESTRE CORDONE,** CPF (MF) nº 342.644.420-87, celebram o presente Contrato, decorrente do **PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0009.034100/2018-97**, através da Adesão a Ata de Registro de Preços nº 303/2017, oriunda do Pregão Eletrônico 514/2017/SUPEL/RO homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, e ainda, com o Decreto Estadual 15.643/2011, art. 4º, e legislações vigentes, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO: “**Aquisição e Instalação de Equipamentos de Ginástica para implantação de Academias Ao Ar Livre, que atenderão os municípios e distritos do Estado de Rondônia, conforme Ata de Registro de Preços nº 303/2017, oriunda do Pregão Eletrônico 514/2017/SUPEL/RO”.”.

**CLÁUSULA SEGUNDA – LOCAL DE ENTREGA, DO PRAZO E DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO, DA GARANTIA:**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - LOCAL DE ENTREGA:**

1. A entrega e instalação dos Equipamentos se dará nos seguintes endereços:

|  |  |
| --- | --- |
| **Município** | **Endereço** |
| Alta Floresta D' Oeste | Praça IzidoroStédille, Bairro Redondo |
| Alto Alegre dos Parecis | Av. Afonso Pena, Setor 03, Quadra 89/17 |
| Cabixi | Lote 01, Quadra 11, Avenida Mato Grosso, Distrito de Planalto São Luiz |
| Cacoal | Avenida Belo Horizonte entre Ruas Delmiro João da Silva e Rua João José dos Santos, fundos com Rua José Kunter |
| Candeias do Jamari | Av. Tancredo Neves, entre Rua 34, Rua Alfredo J. do Nascimento e Rua 22 de Setembro, Praça 13 de Fevereiro, ao lado do CDA |
| Castanheiras | Av. Jacarandá, 100, Centro |
| Cerejeiras | Rua Campo Grande, Setor C, Quadra 171, Lote 01 |
| Chupinguaia | Bairro Cidade Nova 03, Quadra nº 03, contornado pela Av. 25, 23, Rua 08 e Rua 09 |
| Colorado do Oeste | Av. Tapajós, S/N, Praça da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida |
| Corumbiara | Rua Ulisses Guimarães, Quadra 14, Setor 03 |
| Cujubim | Rua Condor, Lote 04, Setor 03 |
| Espigão D' Oeste | Rua Maranhão, bairro Cidade Alta |
| Guajará Mirim | Entre Avenidas 10 de Abril com Rocha Leal e Avenidas, XV DE Novembro com Mendonça Lima |
| Jacinópolis, Distrito de Nova Mamoré | Rua Belém, Distrito de Jacinópolis, Nova Mamoré |
| Migrantinópolis, Distrido de Novo Horizonte do Oeste | Av. Sete de Setembro, S/N, em frente ao Centro de Saúde , no Distrito de Migrantinópolis |
| Ministro Andreazza | Rua Bahia, Centro, Setor 01, Quadra 58, Lote 01 |
| Nova Brasilândia D' Oeste | Avenida Juscelino Kubistchek, Setor 14, entre Ruas Canaã e Avenida Governador Jorge Teixeira |
| Nova Dimensão, Distrito de Nova Mamoré | BR 421, Trecho do Canteiro Central, Frente a Quadra 02.01, Distrito de Nova Dimensão |
| Nova Mamoré | Av. Dom Pedro II, Bairro João Francisco Clímado, na Quadra 01.11 |
| Novo Paraíso, Distrito de São Felipe D' Oeste | Av. 03, nº 300, Quadra 11, Lt 01 |
| Palmeiras, Distrito de Nova Mamoré | Av. Maracatiara, com Av. Cerejeira - Distrito de Palmeiras, Projeto Sidney Girão, Km 40 |
| Parecis | Av. Carlos Gomes, Centro, Praça dos Poetas |
| Pimenteiras do Oeste | Avenida Brasilm S/N, Braça Beira Rio |
| Primaveira de Rondônia | Avenida Jânio Quadros, Quadra 38, Lote 02, Setor 01 |
| Rio Pardo, Distrito de Porto Velho | Rua Aírton Sena, S/C, Centro |
| Santa Luzia D' Oeste | Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira |
| Santa Luzia D' Oeste | Av. Tancredo de Almeira Neve, entre Ruas, Osias de Oliveira e Sete de Setembro |
| União Bandeirantes, Distrito de Porto Velho | Av. 03 de Dezembro, Centro |

**PARÁGRAFO SEGUNDO - DO PRAZO E DA ENTREGA:**

1. A Contratada terá um prazo de 60 (sessenta) dias para a entrega dos materiais, contados a partir do recebimento da solicitação de fornecimento (ordem de fornecimento) emitida pelo DER/RO.

2. A Contratada agendará com o Contratante o melhor horário para a instalação dos equipamentos;

**PARÁGRAFO TERCEIRO - DO RECEBIMENTO:**

1. Os equipamentos serão recebidos pela Comissão de Recebimento, formada por dois ou mais servidores do órgão, nomeados pelo Diretor Geral para tal finalidade, sendo que esta Comissão deverá seguir o estabelecido nos Artigos de 73 a 76 da Lei Federal Nº. 8.666/93;

a) Será recebido o objeto do presente contrato, PROVISORIAMENTE, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, nos termos do Art. 73, II, “a” e § 2°, para efeito de verificação da conformidade do Equipamento com a especificação exigida;

b) Será recebido o objeto do presente contrato, DEFINITIVAMENTE, no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do Art. 73, II, “b”, para comprovação da qualidade e quantidade dos Equipamentos adquiridos;

2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do equipamento, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual;

3. Os equipamentos deverão ser entregues conforme especificações técnicas, estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

4. A comissão de recebimento fará a conferência dos equipamentos e solicitará a devida correção, caso seja necessário.

**PARÁGRAFO QUARTO - DA GARANTIA:** Os equipamentos ofertados deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**: Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus para o Órgão/Entidade toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação;

**PARÁGRAFO SEGUNDO**: Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**: Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**PARÁGRAFO QUARTO**: A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

**PARÁGRAFO QUINTO**: Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer alteração corrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

**PARÁGRAFO SEXTO**: Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**PARÁGRAFO SÉTIMO**: Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Administração Pública.

**PARÁGRAFO OITAVO**: Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**PARÁGRAFO NONO**: Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofre em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

**PARÁGRAFO DÉCIMO**: Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correrão por conta exclusiva da contratada;

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**: Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

**PARÁGRAFO SEGUNDO**: Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

**PARÁGRAFO TERCEIRO**: Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

**PARÁGRAFO QUARTO**: Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

**PARÁGRAFO QUINTO**: Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

**PARÁGRAFO SEXTO**: Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

**PARÁGRAFO SÉTIMO**: Para tramitação do pagamento das faturas serão exigidos os documentos e informações, conforme o que se segue:

a) Nota Fiscal;

b) Certidão negativa da Fazenda Estadual;

c) Certidão negativa da Receita Federal;

d) Certidão da Dívida Ativa da União;

e) Certidão negativa do INSS;

f) Certidão negativa municipal;

g) Certidão de Regularidade do FGTS;

h) Guia GPS INSS (original / autenticada);

i) Guia GFIP INSS (original / autenticada);

j) Certidão Negativa de Débitos Fiscais Trabalhistas – CNDT.

**PARÁGRAFO OITAVO**: A empresa deverá se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros custos, resultantes da execução do contrato.

**PARÁGRAFO NONO**: A Empresa deverá comparecer para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias, a contar recebimento de sua notificação para esta finalidade.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor do presente Contrato é de **R$ 449.361,21**(Quatrocentos e quarenta e nove mil trezentos e sessenta e um reais e vinte e um centavos) de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços. Os preços contratuais não serão reajustados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As despesas decorrentes do presente **CONTRATO** são provenientes de recursos consignados no orçamento do **DER-RO**, correndo à conta da seguinte programação:

**R$ 444.750,80 (**quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais e oitenta centavos) - Programa / Atividade – 267.821.249.29.36.00.00 – Fonte: 0216 - Elemento de Despesa 44.90.52, Licitação: Pregão – Modalidade: 05 Global, conforme Nota de Empenho nº 00685/DER-RO, de 29.06.2018.

**R$ 4.610,41 (**quatro mil, seiscentos e dez reais e quarenta e um centavos) - Programa / Atividade – 267.821.249.29.36.00.00 – Fonte: 1100 - Elemento de Despesa 44.90.52, Licitação: Pregão – Modalidade: 05 Global, conforme Nota de Empenho nº 00686/DER-RO, de 29.06.2018.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A empresa detentora da Ata apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a nota fiscal referente ao fornecimento efetuado;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O respectivo Órgão terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da apresentação da nota fiscal para aceitá-la ou rejeitá-la;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à empresa detentora do Contrato para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no PARÁGRAFO QUINTO desta cláusula, a partir da data de sua reapresentação;

**PARÁGRAFO QUARTO:** A devolução da Nota Fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora do Contrato suspenda quaisquer fornecimentos;

**PARÁGRAFO QUINTO:** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias consecutivos contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura aceita, emitida pela Contratada, devendo conter no seu corpo a descrição do objeto, número do contrato, da conta bancária da contratada para efetivação do pagamento, depois de recebido o objeto pela Comissão de Recebimento de Materiais do DER/RO;

**PARÁGRAFO SEXTO:** Apresentar certidões/guias constantes do PARÁGRAFO SÉTIMO DA CLÁUSULA QUARTA deste Termo, demonstrando sua regularidade fiscal.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, à ser calculada entre a data limite prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

*EM = N x VP x I, sendo:*

*EM = Encargos moratórios;*

*N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;*

*VP = Valor da Parcela a ser paga*

*I = Índice de compensação financeira, assim apurado:*

*I = (TX/100)/365 I = ...............*

*TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA*

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O contrato terá vigência por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, regendo-se pelas disposições contidas no art. 57 da Lei Federal Nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Durante a vigência contratual os preços serão fixos e irreajustáveis, havendo prorrogação contratual, será permitido repactuação de preços se proposta pela Contratada, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados, cabendo análise e posterior aprovação do DER/RO.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - DAS SANÇÕES:**

1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste pregão, o DER poderá garantida a prévia defesa, aplicar a empresa contratada as seguintes sanções:

1.1. Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a empresa contratada apresente justificativas pelo atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração.

1.2. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor do contrato, até a data do efetivo adimplemento, observando o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso;

1.3. A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

1.4. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;

1.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do contrato;

1.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER-RO pela execução parcial do contrato;

1.7. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER-RO;

1.8. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, pela recusa injustificada na substituição de material defeituoso no prazo estabelecido neste Contrato;

1.9. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na substituição do material defeituoso, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato;

2. As multas moratórias poderão ser aplicadas isoladas ou em conjunto com as multas compensatórias, conforme o caso.

3. As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Contratante, ser-lhe-á concedido o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, os dados da Contratada serão encaminhados ao órgão competente para inscrição em dívida ativa.

4. O contratado que dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de forma inidônea ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado no cadastro de fornecedores, a que se refere o inciso XIV do art. 4º da lei 10.520/2002, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e demais comunicações legais;

5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro estadual de fornecedores impedidos de licitar e no caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais comunicações legais.

6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito a **CONTRATANTE** de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O contrato poderá rescindir a qualquer tempo, mediante decisão judicial ou denúncia escrita entre as partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ocorrendo quaisquer das situações prevista no Art. 78, da Lei 8.666/93, ou ainda pela inobservância de quaisquer condições pactuadas no instrumento contratual.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

**a)** Decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da **CONTRATADA**;

**b)** Alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste pacto;

**c)** Transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;

**d)** Cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;

**e)** No interesse da **CONTRATANTE**, mediante comunicação com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, com o pagamento dos materiais/bens adquiridos até a data comunicada no aviso de rescisão;

**f)** No caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A publicação do presente Contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5° (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no **prazo de 20 (vinte) dias corridos,** daquela data, correndo as despesas às expensas da **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A **CONTRATADA** deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A rescisão administrativa do contrato em razão da inexecução total ou parcial do seu objeto, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Oitava, acarreta as seguintes conseqüências:

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da administração;

b) Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade na forma do inciso V do artigo 58 da Lei 8.666/93;

c) Execução da garantia contratual, caso prestada, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a elas devidas;

d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Ficam os termos do presente contrato vinculados às regras definidas nos instrumentos convocatórios do Pregão Eletrônico nº 195/2016/SUPEL/RO.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** serão solucionados diretamente pela autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e ainda, Lei complementar nº. 123/06.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTATO:** Será de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da convocação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE,** decorrentes da execução deste **CONTRATO**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja**.**

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente **TERMO DE CONTRATO,** as fls...à..., do Livro Especial de **CONTRATOS** de N°..... que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, através de processo xerográfico, devidamente certificadas pela **Procuradoria Autárquica – DER/RO.**

Porto Velho, 04 de julho de 2018.

**LUIZ CARLOS DE SOUZA PINTO SILVESTRE CORDONE**

Diretor Geral / DER-RO Representante Legal

**Boa Vista Comércio de Equip. Eireli-Me**